



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da
informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

GT10: Informação e Memória

Modalidade de apresentação: Comunicação Oral

POLÍTICA CULTURAL, MEMÓRIA E INFORMAÇÃO: PRÁTICAS E ARTICULAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO SOCIAL

MARIA CRISTINA GUIMARÃES OLIVEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

SIMONE ROSA DE OLIVEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

HELENA AZEVEDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

RESUMO: Divulga estudos em andamento no Mestrado em Ciência da Informação da UFPE que vêm debatendo políticas públicas, suas ações de preservação da identidade cultural e da memória. Procura-se identificar as dificuldades de cada aplicação face à Política Nacional de Cultura e suas repercussões nas ações desenvolvidas pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE. As análises vêm sendo realizadas numa perspectiva exploratória e buscam evidenciar a relação entre o social e a política, presente em diferentes práticas e não apenas nas políticas sociais. Acompanha-se a memória social sendo construída ao longo de gerações e especialmente o papel que o indivíduo assume na construção coletiva dessa memória. Como resultado dos trabalhos em andamento busca-se responder como a aplicação da Política Nacional de Cultura poderá efetivamente atuar como instrumento de garantia e preservação do patrimônio cultural do país, especialmente o seu aproveitamento em âmbito estadual.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Política Pública. Pernambuco. Cultura. Informação Social. FUNDARPE.



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da
informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade moderna encontra-se uma produção de riqueza coletiva, cuja apropriação tem sido, em sua maioria, privada. Aí se apresentam as contradições do capitalismo que são à base da questão social¹, além de responsáveis pelo surgimento das políticas sociais ou dos sistemas de proteção social mundial.

Neste trabalho procura-se relatar as atividades que vêm sendo desenvolvidas para a compreensão da política pública cultural do Estado de Pernambuco, através de estudos e de projetos de pesquisa em andamento no mestrado em Ciência da Informação da UFPE, iniciado em 2009. Na realidade sob perspectivas diferentes² busca-se contribuir para as discussões relacionadas à cultura, ao resgate identitário e as ações implementadas pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico (FUNDARPE), na preservação do patrimônio pernambucano em suas diversas manifestações.

A FUNDARPE é o órgão executor da política cultural do Estado, em todas as suas dimensões e expressões, tem como objetivo principal a promoção, o apoio, o incentivo, a preservação e a difusão das identidades e produções culturais de forma estruturadora e sistêmica, focada na inclusão social, na universalização do acesso, na diversidade cultural, na interiorização das ações e no desenvolvimento regional integrado. Criada em 17 de julho de 1973, na forma jurídica de direito privado, sem fins lucrativos; além do incentivo à cultura, a instituição visa à preservação dos

¹ A questão social é aqui nomeada com um conjunto de expressões que representam as desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista, a partir das mobilizações operárias do século XIX, conforme esclarece Yamamoto (2001, p.16)

² O papel da FUNDARPE na preservação da memória documental do Estado de Pernambuco: 1999 a 2009, da mestranda Simone Rosa de Oliveira; e Ponto de Cultura: o Bonde – Centro de Formação Pesquisa e Produção Cultural (Recife), da mestranda Helena Azevedo, ambos são trabalhos elaborados para a disciplina Uso Social da Informação, ministrada no PPGCI/DCI/UFPE, pela Profª.Dra. M^a Cristina Guimarães Oliveira no período 2010.1



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da
informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

monumentos históricos e artísticos do Estado. (PERNAMBUCO. FUNDARPE, 2009)

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas, materializando-se deste modo o papel da FUNDARPE. Le Goff (1990) comentando sobre o estudo da memória lembra que no interior das Ciências Sociais é possível se evocar de forma metafórica ou de forma concreta, traços e problemas da memória histórica e da memória social, evidenciando-se mais uma vez o papel da memória na sociedade.

Neste caso a informação para divulgar a realização de novos estudos sobre a temática: *uso social da informação* se mostra pertinente. Isto porque, defendemos que essa expectativa se pauta na determinação em achar novas interpretações, intercambiando idéias e o fortalecimento de ações dos indivíduos nos processos de luta e de intervenção para a transformação social. Assim, considera-se a informação social como uma força constitutiva da sociedade e ainda que, os processos de produção e transferência de informações são processos sociais, implicando então na necessidade dessa informação ser mais discutida. Igualmente, ao demonstrar uma maior aproximação com as questões da sociedade, a informação social pode colaborar para que o conhecimento seja examinado e edificado criticamente, como condição de vivência e explicação da realidade, defende Oliveira (2007, 2008).

Nesta perspectiva, os estudos em andamento buscam analisar políticas públicas, suas ações de preservação da identidade cultural e da memória; identificando-se os motivos que dificultam cada aplicação face à Política Nacional de Cultura (PNC), e sua aplicabilidade em Pernambuco. Para a compreensão deste viés é importante observar a política cultural em andamento: direitos, deveres, informação e identidade. No que se refere à política cultural local, a FUNDARPE apresenta 4 eixos de ações, entre eles especificamente o terceiro discute:



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da
informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

EIXO 1 - Constituinte Cultural de Pernambuco; Reestruturação Organizacional: implementação da política *Pernambuco Nação Cultural*, com realização de Fóruns e Planos Regionais e Setoriais; e instituição da Lei de Política Pública de Cultura.

EIXO 2 - Dinamização da Rede de Equipamentos e Implantação da Rede Regional: potencialização da rede de equipamentos culturais e museus, implementação das 12 estações culturais, regionais e a do arquipélago de Fernando de Noronha, capilarização da política pública de cultura nos 185 municípios através da estruturação das Células Culturais nas escolas públicas do Estado.

EIXO 3 - Desenvolvimento da Política Cultural: ações da política da Fundarpe que visam o fomento, a preservação, a formação, a difusão, a distribuição da cultura no Estado, levando em conta sua dimensão simbólica e seu desenvolvimento dentro do conceito de economia da cultura, com foco na inclusão social.

EIXO 4 - Comunicação, conexões e difusão cultural: inserção da cultura do Estado nos meios de comunicação, em âmbito nacional e internacional. Divulgação da produção de bens culturais e da produção alternativa. É também responsável pela implementação do portal de internet *Pernambuco Nação Cultural*. (PERNAMBUCO. FUNDARPE, 2010)

Essa exploração permitirá a descrição, análise e compreensão dos mecanismos adotados pelo Governo do Estado de Pernambuco para entender as manifestações culturais, como forma de resgate identitário do cidadão. Será possível então, avaliar o Estado como mediador, ao programar ações que garantam a execução de uma política pública alicerçada em direitos democráticos.



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da
informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

Caberia salientar que entre suas ações, a FUNDARPE apóia as medidas tomadas no que se refere à caracterização do Estado como pólo cultural ou multicultural por excelência; no qual a cultura se une à memória da cidade como contribuição aos esforços para se resgatar parte da dívida dos que tem acesso à cultura e à educação. Quanto à outra parte, aquela que permanece excluída de qualquer acesso - a sua mobilidade cultural ocorre quando da popularização e a disseminação da cultura por toda sociedade.

A relação que se estabelece entre o social e a política presente em diferentes práticas não é uma exclusividade do processo de execução apenas das políticas sociais. Trata-se, como observa Oliveira (2009) de algo que conforma a cultura política brasileira e é inerente à história política, econômica e social do país. Inclusive é relevante a observação de Martins (1999, p.14) quando menciona a importância da leitura dos fatos “orientada pela necessidade de distinguir no contemporâneo a presença viva e ativa de estruturas fundamentais do passado.”

Os estudos em andamento evidenciam a necessidade do entendimento das políticas e ações governamentais que garantam a salvaguarda, o papel social intrínseco e primordial de toda informação na construção do cidadão consciente dos seus direitos e dos seus deveres. Esse cidadão objeto é o sujeito de atuação da política cultural, exerce a função de construtor ativo da memória coletiva, como guardião e depositário da identidade nacional.

2 MEMÓRIA, CULTURA, POLÍTICA E INFORMAÇÃO SOCIAL: RELAÇÕES EM CONSTRUÇÃO ?

Antes da escrita, a produção do conhecimento preservava-se apenas através da transmissão dos discursos orais. O *mnemon* que se valia da idéia de que nomear é conhecer, foi um ator fundamental durante o processo de incorporação da ferramenta da escrita em tempos de tradição oral. O *mnemon* se apercebeu da sua função de concretizador de parte do conhecimento humano, produzindo informação que, situada historicamente, transforma-se em memória. Com a invenção da imprensa, essa prática da memória foi se perdendo, para dar lugar apenas à preservação da mesma. Os *lugares da*



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da
informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

memória, nas palavras de Le Goff (1990) pautando-se em Pierre Nora contribuem para o estreitamento dos laços entre história, memória e experiência, permitindo a articulação entre passado, presente e futuro.

Também Arantes (1989, p.13) observa que através dos objetos preservados e transmitidos às gerações futuras, “[...] se estabelece um contato físico, afetivo, sensorial e cognitivo tanto com o passado, enquanto lugar de acontecimentos e significados, quanto com a atualidade.” A memória é, então, o retrato desse processo contínuo de preservação e coesão da identidade nacional. O tema memória também é objeto de investigação para diversas áreas do conhecimento, inclusive a Ciência da Informação; cuja utilização e transmissão de informações aprecia e adota esse conceito de memória. Fica evidente que esta escolha não se pauta apenas na recuperação da informação, mas sim entendendo a memória como o elemento responsável pela coesão e perpetuação da identidade nacional.

Quanto à cultura, pelo divulgado se evidencia que a cultura é algo criado no contexto das relações sociais de uma determinada sociedade e então, estão postas aproximações e diferenças dessa realidade. Conforme Ianni (1996, p.155) “a cultura é uma dimensão fundamental da hegemonia que pode ser construída por uma classe, composição de forças sociais, bloco de poder, Estado. Toda configuração hegemônica é necessariamente cultural.”

Com efeito, no conceito de cultura à medida que é tomado como “processo social global que constitui visão do mundo de uma sociedade e de uma época,” estão contidas relações de poder e subordinação, aponta Chauí (1993, p.21). Inclusive Oliveira (2009), citando Williams (1979) observa que, para o autor a hegemonia é um conceito relevante na compreensão das atividades culturais com duas vantagens para esse entendimento:

A primeira refere-se às suas formas de domínio e subordinação que correspondem muito mais de perto aos processos normais de organização social e controle nas sociedades desenvolvidas.

[...] A segunda vantagem é que há toda uma maneira de ser da atividade cultural, tanto com tradição como prática. As tradições e as práticas culturais



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da
informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

são mais que expressões superestruturais da estrutura social e econômica, (OLIVEIRA, 2009, p.117).

Ao falar de cultura política no campo social considera-se importante não perder de vista os traços conservadores e autoritários da formação social, cultural e econômica do país, que historicamente se reproduziram na execução das políticas públicas. Assim, fica evidente que a sociedade necessita de suporte tecnológico, mas também de ações do Estado, de políticas públicas que lhe favoreça a garantia de seus direitos sociais; inclusive o direito a cultura, como forma de expressão de identidade. Pereira (2009) esclarece que a política pública é uma estratégia de ação planejada, avaliada e guiada por uma racionalidade coletiva, na qual tanto o Estado, como a sociedade, desempenham papéis ativos.

Nesse direcionamento espera-se que a FUNDARPE, órgão do Governo responsável pelas estratégias culturais, de implantação de políticas públicas patrimoniais e de preservação da memória, busque programar ações que visem à perfeita execução das PNC, com a adequação às realidades do Estado de Pernambuco – em especial à capital – Recife. Novamente Oliveira (2009) se apresenta para lembrar que na opinião de Mota (1994) não existe uma cultura brasileira no plano ontológico, mas sim na esfera das formações ideológicas de segmentos elitizados da população, os quais atuando ideologicamente “trabalham” para dissolver contradições reais. Neste caso é importante à defesa de políticas específicas de preservação cultural.

A Constituição brasileira é clara ao mencionar que o poder público, com a cooperação da comunidade, deve promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro. Ela é objetiva ao esclarecer que o patrimônio é constituído de bens materiais e imateriais que se referem à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; que se apresentam através de formas de expressão, de obras, objetos, documentos, edificações, dos modos de criar, fazer, viver; das criações científicas, artísticas e tecnológicas e demais espaços, destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico. (BRASIL. CONSTITUIÇÃO, 1988)



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da
informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

Na abordagem da memória, Mesentier (1992) esclarece que a memória social sendo construída ao longo de muitas gerações, torna possível a compreensão do papel fundamental que o indivíduo assume na construção coletiva da memória de uma determinada nação através do seu patrimônio cultural. É importante esclarecer que, memória individual e memória social têm diferenças intrínsecas que Mesentier (1992, p. 3) evidencia:

Diferentemente da memória individual, a memória social se constrói ao longo de muitas gerações de indivíduos mergulhados em relações determinadas por estruturas sociais. A construção da memória social implica na referência ao que não foi presenciado. Trata-se de uma memória que representa processos e estruturas sociais que já se transformam. A memória social é transgeracional e os suportes da memória contribuem para o transporte da memória social de uma geração a outra.

Nesta perspectiva, quando se preserva legalmente e na prática o patrimônio cultural, conserva-se a memória do que fomos e do que somos: a identidade da nação. É esse patrimônio que deveremos deixar para as gerações futuras e para isso são necessárias medidas e políticas³ que preservem todo o arsenal cultural do povo. Salienta-se a vulnerabilidade existente nesse hiato de tempo e espaço que foca a memória, como indivíduo e como grupo. O objetivo principal da preservação da memória é unir o indivíduo à comunidade e esta a uma nação; assim a preservação visa à salvaguarda de um determinado suporte, patrimônio tangível ou intangível de qualquer perigo ou dano. Inclusive McGarry (1984, p. 43), afirma:

A permanência e a preservação são essenciais para a continuidade
duma cultura e para facultar aos seres humanos o benefício do

³ Cabe esclarecer que neste trabalho *política* tem o sentido de um conjunto de preceitos e orientações, por sua vez baseado em princípios genéricos e consensuais que levam à determinadas ações dirigidas a determinados fins.



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da
informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

conhecimento e das capacidades de outros, nós temos que possuir alguma espécie de sistema de armazenagem para transmitir esses benefícios através dos tempos.

Como *materialidade* ou como possibilidade de construção, a informação - presente na *discussão* do social – exige uma interpretação da realidade, antes de ser analisada como categoria. Isso fica evidenciado no trabalho elaborado por Oliveira (2007) sobre o *uso social da informação*, no qual está contida a necessidade de se relacionar primeiramente o contexto social no trato do assunto; nesse posicionamento a autora não concebe a informação como um ente intangível ou como um campo isolado - muito pelo contrário, admite antecipadamente que a informação deve estar vinculada à vida e aos conflitos presentes na realidade contemporânea. Ficam evidenciadas, igualmente, as conexões estabelecidas entre o social e a hegemonia cultural, fundamentais à compreensão do consenso e dissenso que caracterizam a produção de sentido na contemporaneidade. Corrobora-se que a hegemonia não é uma construção monolítica, mas o resultado das mediações entre diferentes forças que agem em determinado contexto, notadamente no campo cultural e comunicacional. Também para Marteleto (2001), esse pensamento sobre o exercício informacional no espaço social é explicado pelas práticas sociais, mediante a relação dessas condições com suas próprias condições de exercício.

Igualmente Ramos (2008, p.37), com propriedade discute o campo da informação social e aponta para a amplitude da inserção e do uso da informação pela sociedade atual. A autora chama atenção para o fato de que “o campo da informação social entende a sociedade como um produto dos homens e, ao mesmo tempo, o homem como um produto social.” Por sua vez, neste campo o fenômeno informacional é investigado e interpretado em seu movimento dialético entre duas forças constitutivas “ênfatizando a diversidade de processos e relações que ocorrem no cotidiano dos indivíduos, segmentos, classes e instituições sociais,” esclarece Cardoso (1994, p.111).

Para Cardoso (1994), Marteleto e Nascimento (2004) toda informação é social e tem como pressuposto que a realidade está permanentemente em movimento e em



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da
informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

construção. Nesse caso, todo processo de conhecimento é apenas uma possibilidade. Assim, o objeto de estudo, no campo da informação social deve ser apropriado observando-se: a historicidade dos sujeitos, a totalidade dos fenômenos sociais e a tensionalidade constante na sociedade.

2.1 Discutindo conceitos

No que se refere à política pública é interessante começar com a origem da palavra política, que vem de “polis”, e em grego quer dizer cidade. Eram nas cidades da Grécia antiga que os cidadãos livres participavam de assembleias para discutir os problemas comuns a todos e tomar as decisões destinadas a solucioná-los. Razão porque, Aristóteles filósofo grego, que viveu entre 322 e 284 a.C. identificava a política como ciência e arte do bem comum, para ele as cidades deveriam ser governadas em proveito de todos, e não apenas em proveito dos governantes.

Para se definir e conceituar políticas públicas é, então, forçoso acompanhar o sentido mais amplo e complexo que nele está inserido. É necessário entender o que significa cada aspecto dele, pois implícito se encontra o papel que é inerente ao governo, quer da Nação, Estado ou Município de elaborar políticas de desenvolvimento em amplos setores, para beneficiar cada segmento do país.

Neste caso, entende-se por políticas públicas: “[...] conjunto de procedimentos, normas, rotinas e convenções formais ou informais, que norteiam as ações coletivas” (Marciano, 2006 *apud* North, 1991; Ostrom, 1999, p. 36-37). Políticas públicas representam as decisões do governo em diversas áreas que influenciam a vida de uma comunidade; são os fatos que o governo faz ou deixa de fazer e os efeitos que tais ações ou ausência destas repercutem em toda a comunidade.

Para Aguiar (1980) “Uma política expressa uma idealização, mas também define estratégias de atuação e de transformação da realidade a fim de se alcançar objetivos pré-definidos”. O autor (AGUIAR, 2000, *apud* LEVY-STRAUSS, 1963) explica: “[...] todos os aspectos da vida social, todas as instituições, quer sociais, político-legais, econômicas, tecnológicas, religiosas ou estéticas, formam um todo relacionado”. Entende-



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da
informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

se então, o esforço das ações governamentais que visam à regulação e elaboração de políticas que possam beneficiar a vida social. Ao se investir em programas, o governo tem em mente um crescimento de longo prazo, onde existe a certeza de que, cada vez mais, tornam-se necessários conhecimentos científicos que fundamentem os processos de tomadas de decisões dos governos, considerando-se que é o governo que atua como: formulador, financiador e executor dessas políticas e atividades de desenvolvimento.

Essa tomada de posição em uma sociedade democrática é complexa e dela participam todos os setores da vida social, considerando-se que é primordial que haja o objetivo primário de se produzir conhecimento, do qual o Estado necessita para o exercício do poder visando à elaboração dessas políticas e decisões, tendo em vista o estabelecimento de prioridades junto às comunidades de uma forma geral.

Assim, dentro do espaço preservado de construção da memória e de sua salvaguarda, as ações do governo trazem possibilidades de construção identitária, desde que haja, efetivamente, a adoção de procedimentos legais que assegurem sua execução, seu sucesso enquanto plano. A gestão de sucesso irá proporcionar a execução e a garantia de que as diretrizes propostas irão ser instrumentos exequíveis, o que fica bem claro na exposição de Botelho (2001, p. 7):

Sabe-se que uma política pública conseqüente não se confunde com ocorrências aleatórias, motivadas por pressões específicas ou conjunturais; não se confunde também com ações isoladas, carregadas de boas intenções, mas que não têm conseqüência exatamente por não serem pensadas no contexto dos elos da cadeia criação, formação, difusão e consumo. Ou seja, uma política pública exige de seus gestores a capacidade de saber antecipar problemas para poder prever mecanismos para solucioná-los. Ter um planejamento de intervenção num determinado setor significa dar importância a ele, e não, como parecem acreditar alguns, cometer uma ingerência nos conteúdos da produção. Significa, isto sim, o reconhecimento, por parte dos governantes, do papel estratégico que a área tem no conjunto das necessidades da nação.



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da
informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

Feitas estas colocações deixamos evidenciado que estes pontos de vista devem estar em harmonia com as políticas locais, para que seja possível a adoção de políticas públicas conectadas ao planejamento, visando uma correta aplicação de cada plano.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos até então adotados aproximam-se das colocações de Richardson (1999) e então, como estratégia de pesquisa vem sendo utilizada a fundamentação pautada em uma rede de pressupostos ontológicos e da natureza humana. Considera-se que esses pressupostos delineiam o ponto de vista que o pesquisador tem do mundo, e assim proporcionam a identificação da perspectiva epistemológica utilizada no trabalho, a escolha do método, da metodologia e das técnicas utilizadas.

Portanto, nessa aproximação entre áreas recortadas está presente a possibilidade de uma nova visão teórica, uma concepção de interdisciplinaridade, que considera o indivíduo como sujeito social, privilegiando sua maneira de conceber, mediar e trocar informações. Nesse caso, para a informação ser aceita como um bem social é necessário uma conscientização - evidenciando-se que há informação e informações. Ou seja, desmistifica-se a comunicação e seu produto - a informação, de forma que não mais assumam o conceito de fetiche, dotados de força própria, dominador e criador de imagens, reflexos de verdades fabricadas, deliberadas ou inocentemente consumidas, como menciona Oliveira (2007).

Sob essa ótica, para construção do marco teórico dos estudos em andamento as análises vêm sendo desenvolvidas de forma exploratória, cujo delineamento segue os procedimentos característicos da pesquisa bibliográfica. Stumpf (2006) deixa evidente essa relevância e a nomeia como um conjunto de procedimentos para identificar, selecionar, localizar o obter documentos de interesse para a realização dos trabalhos de pesquisa. Por sua vez, as pesquisas exploratórias são desenvolvidas



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da
informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

para possibilitar visão geral do tipo aproximativo, acerca de um determinado assunto. Assim, durante a efetivação dos estudos em andamento será possível o estabelecimento de critérios a serem posteriormente adotados, bem como dos métodos e técnicas que serão mais apropriados para a continuação desses estudos.

4 RESULTADOS ESPERADOS

Não se perde de vista as questões norteadoras que vêm fundamentando os trabalhos em andamento:

Especialmente indaga-se como a aplicação da Política Nacional de Cultura (PNC) poderá efetivamente atuar como instrumento de garantia e preservação do patrimônio cultural do país? E de que forma será aplicada em âmbito estadual? De que lugar suas ações, sua abrangência, seus objetivos, a aplicabilidade real e os frutos advindos da aplicação garantirão a preservação cultural?

Considerando-se que o universo de análise dos trabalhos em andamento será a Política Pública de Cultura do Estado de Pernambuco espera-se como resultado identificar e compreender os meandros de assunto tão complexo. Com essas disposições será possível acompanhar a construção da PNC no Estado de Pernambuco analisando-se sua possibilidade efetiva de contribuir para a inclusão social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos em andamento têm permitido se afirmar que o papel social da informação se apresenta como uma determinação. A dimensão sociológica da cultura, o próprio sistema cultural contemporâneo mostra a emergência de atividades e profissões, que dependem do acesso e uso de informações. Como desafio para novas interpretações anotamos que informações relacionadas às redes abertas podem ser compartilhadas por todos indiscriminadamente. No entanto, tentaremos oportunamente nos trabalhos em andamento verificar as informações que, efetivamente, serão absorvidas.



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da
informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

Nesta perspectiva, há evidentemente uma articulação entre pessoas, uma mediação comunicacional; mas a questão central está no fato de que nem todos entendem a informação, e têm capacidade de exigir políticas públicas apropriadas à realidade. Não entendem a informação, nem a política porque o processo cognitivo é precário, historicamente negado e não desenvolvido nas classes mais populares. Fica evidenciado ainda o resgate da memória como mecanismo de inclusão social ao possibilitar o acompanhamento e a participação nas atividades sociais de amplo segmento da sociedade. Nesta perspectiva, uma política adequada tem uma enorme relevância para o fortalecimento das ações culturais e a manutenção de identidades. Qualquer política deverá, portanto, procurar atingir objetivos que correspondam às aspirações sentidas pela comunidade, em seus diversos segmentos e segundo seus interesses diversificados; além dos interesses do Estado em seu papel de regulador de conflitos e agente catalisador de mudanças sociais.

ABSTRACT: Discloses developing studies at the Universidade Federal de Pernambuco Information Science Masters which have been discussing public politics, its actions of cultural identity and memory preservation. Intend to identify the difficulties of each application through the National Culture Policies and its repercussions in the developed actions by Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE. The analysis have been realized in a exploratory outlook and seek to highlight the relation between the social and the politic, presented in different practices and not only in social policies. Follows the social memory have been developed along generations and specially the task that the subject assume in the collective construction of this memory. As result of the developing works seeks to answer how the National Culture Policies could actually act as instrument of guarantee and preservation of the country cultural heritage, specially its recovery at statewide.

KEYWORDS: Memory. Public Politics. Pernambuco. Culture. Social Information . FUNDARPE.



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da
informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A.C. Coordenação de uma Rede Nacional de Informação em Ciência e Tecnologia: um plano prioritário do IBICT. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 9, n. 1/2, p. 83-88, 1980.

AGUIAR, A. C.; GONÇALVES, Carlos Alberto. Política de desenvolvimento científico e tecnológico: qual a realidade de Minas Gerais? **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, jul./dez.2000, p. 151 – 166.

ARANTES, A. A. A preservação de bens culturais como prática social. **Revista de Museologia**, São Paulo, n. 1, p.12-16, 2. semestre, 1989.

BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, abr./jun. 2001.

BRASIL. **Constituição Federal, 1988**. Brasília: Imprensa Oficial, 2008.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura: diretrizes gerais**. Brasília, 2007. 87 p. Disponível em: <www.Cultura.gov.br/pnc>. Acesso em: 04 abr. 2008.

CARDOSO, A.M. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo Informação Social. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.32, n.2, p.107-114, jul.dez, 1994.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

IANNI, O. **As idéias do Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1996.



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da
informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)

McGARRY, K. J. **Da documentação à informação: um contexto em evolução**. Lisboa: Editorial Presença, Ltda. 1984.

MARCIANO, J. L. P. Bases teóricas para a formulação de políticas de informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 25-35, jul./dez. 2006.

MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a09v30n1.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2007.

MARTELETO, R. M.; NASCIMENTO, D.M. A informação construída nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bourdieu. **DataGramaZero**, Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.5, n.5, out. 2004.

MARTINS, J.M. de. Clientelismo e corrupção no Brasil contemporâneo. In: _____. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Cortez, 1999.

MESENTIER, L. M. **Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania**. Disponível em: <http://www.artigocientifico.com.br/acervo/6/59/ppl_1252.html.gz>. Acesso em: 23 set. 2007.

MOTA, C.G. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1984)**. São Paulo: Ática, 1994.

OLIVEIRA, I. M. de. Cultura política, direitos e política social. In: BOSCHETTI, I. et al. (Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009.



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da
informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

OLIVEIRA, M. C. G. **O Uso Social da Informação na Rede de Desenvolvimento de Santo Amaro**. 2007. 146f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

_____. O uso social da informação na rede de desenvolvimento de Santo Amaro. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., São Paulo, 2008. **Anais...** São Paulo, 2008.

PEREIRA, P.A.P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I. et al. (Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009.

PERNAMBUCO. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. **Diretrizes para o Plano Estadual de Cultura de Pernambuco**. Recife: [s.n.], 2008.

PERNAMBUCO. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. **Política cultural: eixos**. Disponível em: http://www.fundarpe.pe.gov.br/politicacultural_eixos.php. Acesso em: 20 mar. 2010.

RAMOS, L. B. **Centros de cultura, espaços de informação: um estudo sobre a ação do Galpão Cine Horto**. Belo Horizonte: Argvmentum, 2008.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

STUMPF, I.R.C. Pesquisa bibliográfica. In: _____. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. São Paulo: Zahar, 1979.